

**PROTOCOLLO N° 10847/2017**

Criado em: 20/09/2017 11:01:10
Requerente: VR CONSTRUÇÕES LTDA
Status: Em Andamento
Destino: 1.0.07.00.01 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Assunto: CONCORRENCIA Nº 011/2017 DESO VR CONSTRUÇÕES LTDA

DESPACHOS

[illegible]

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
DESO

Concorrência nº 011/2017 DESO

VR CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 26.639.538/0001-34, situada na Rua Manoel Andrade, 2258, Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP: 49.035-530, por conduto dos advogados que esta subscrevem, devidamente constituídos conforme procuração em anexo, com escritório na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 220, Bairro Jardins, CEP 49.027-255, Aracaju/SE, onde costumam receber notificações, vêm, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, oferecer

RECURSO À CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

R CLAUS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA., já qualificada nos autos do certame, o que faz com arrimo nas seguintes razões:

**DA IRREGULARIDADE DA
R CLAUS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 6.3, ALÍNEA "A", INCISO II, DO EDITAL.**

Estabelece o edital de licitações o seguinte:

6.3 – Na proposta deve constar claramente os elementos discriminados no item 02 do PROJETO BÁSICO, conforme abaixo elencados:

a) Planilha de Preços da LICITANTE, com preços unitários para todos os itens e preço global da proposta.

■ A Planilha de Preços da LICITANTE deverá conter exatamente os mesmos itens e correspondentes quantidades de materiais e serviços constantes da Planilha de Valor Orçado da DESO.

■ A LICITANTE deverá apresentar planilha orçamentária de acordo com o modelo fornecido (Impressa e em meio magnético – no EXCEL e ORSE), contendo preços unitários e totais, atribuídos a todos os serviços a serem executados, sendo ainda considerados os custos com mão de obra, materiais e todos os encargos pertinentes, observando que o valor unitário atribuído a cada um dos itens de serviços deverá ser menor ou igual aos valores unitários praticados e expressos na planilha fornecida pela DESO.

Nota-se que o item 6.3, alínea “a”, inciso II, do Edital, estabelece que a empresa licitante deverá apresentar sua planilha orçamentária (proposta comercial) em meios físico e magnético. Contudo, em que pese tal exigência expressa no edital, a empresa “R Claus” não apresentou a via em meio magnético, o que consta expressamente na AT. Vejamos:

prosseguiu-se com a abertura dos ENVELOPES “A” (PROPOSTA COMERCIAL). A licitante R CLAUS COMERCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA foi a única a não apresentar sua proposta comercial em meio magnético conforme item 6.3 alínea “a” inciso “2º” do Edital. A empresa BARBOSA & SILVA CONSTRUÇÕES LTDA

Ou seja: há provas mais do que claras de que a empresa R Claus não poderia ter sido classificada.

Observado isso, vale esclarecer que o item 6.5.1 do edital deixa bastante claro que as empresas que deixarem de atender aos requisitos dispostos no item 6.3 do edital serão desclassificadas:

6.5 – CONDIÇÕES RESTRITIVAS AO ENVELOPE “A”

6.5.1 – Serão DESCLASSIFICADAS as firmas que deixarem de atender ao disposto no item 6.3 acima.

Algo muito importante a se lembrar é que a empresa Barbosa&Silva foi desclassificada com base nos itens 6.3 e 6.5.1 do edital (vide tal informação na ata). Contudo, ela foi a única a ser desclassificada, quando deveria ser acompanhada da empresa R Claus na desclassificação.

Nota-se, assim, que foram violados inúmeros princípios licitatórios previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, como: o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (que estabelece que o edital vira lei e obriga a todos os envolvidos na licitação a cumprir os seus termos); o princípio da igualdade (que determina que todos devem ser tratados igualmente, de forma a manter uma competitividade justa); o princípio da impessoalidade (proibição de tratar alguém com benevolência em detrimento dos demais); o princípio do julgamento objetivo (devem ser observados os critérios objetivos definidos no edital e não a simpatia que se tem por um ou por outro).

Temos clara a expressa violação ao item 6.3, alínea "a", inciso II, do Edital, bem como a inúmeros princípios constantes no art. 3º da Lei de Licitações e, portanto, deve ser, imediatamente, desclassificada a empresa "R CLAUS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA." por não atender aos requisitos exigidos no edital (item 6.3, alínea "a", inciso II), conforme determinação do item 6.5.1 do edital.

DOS PEDIDOS.

Ante tais razões, requer-se que seja o presente recurso conhecido e totalmente provido, a fim de que:

1) Seja ouvida, previamente, a empresa R CLAUS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA., já qualificada nos autos do certame;

2) Seja o presente recurso encaminhado à comissão de licitação, a fim de que seja apreciado;

3) A final, que seja julgado o recurso totalmente procedente, a fim de desclassificar (excluir do certame), com base no item 6.5.1 do edital, a empresa "R CLAUS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA." por não atender aos requisitos exigidos no edital (item 6.3, alínea "a", inciso II), eis que não apresentou a via magnética sua planilha orçamentária (proposta comercial);

4) Sejam as notificações encaminhadas ao seguinte endereço, sob pena de nulidade insanável: Rua Manoel Andrade, 2258, Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP: 49.035-530.



Protesta provar por todos os meios em direito admitidos, sobretudo por intermédio da ata da cessão realizada em 14/09/2017 (doc. anexo), onde consta a informação de que a empresa R Claus não apresentou a via magnética sua planilha orçamentária (proposta comercial).

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 19 de novembro de 2017.

HELDER SANCHES BARBOSA
OAB/SE 203-B

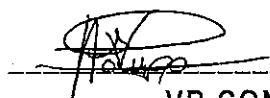


BRUNO FREIRE MARINHO
OAB/SE 7160

PROCURAÇÃO
ad judicium et extra

OUTORGANTE: VR CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 26.639.538/0001-34, situada na Rua Manoel Andrade, 2258, Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP: 49.035-530, por intermédio do(a) seu(ua) representante legal, VICTOR VINÍCIUS MACEDO RAUPP, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 037.042.695-90, que pode ser encontrado no mesmo endereço, nomeia e constitui seus bastantes procuradores e advogados, **HELDER SANCHES BARBOSA**, inscrito na OAB/SE sob o nº 203-B, **FLÁVIA BARBOSA DE QUEIROZ**, inscrita na OAB/SE sob o nº 3.948, e **BRUNO FREIRE MARINHO**, inscrito na OAB/SE sob o nº 7.160, todos com escritório na Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 220, Jardins, Aracaju/SE, Tel. (79) 99137-1796, conferindo-lhes poderes *ad judicium et extra* e mais os da parte final do *caput*, do art. 105, do NCPD (exceto receber citações e notificações citatórias), para o foro em geral, podendo estes proporem contra quem de direito as ações de interesse dos outorgantes e defendê-los nas contrárias, seguindo, umas e outras, até a decisão final, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, recorrer, mediar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assinar termos de compromisso, levantar alvarás, em Cartório ou fora dele, expedir notificações extrajudiciais e respondê-las, substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, bem como atuar perante todos os órgãos/repartições privadas e públicas, em relação à quaisquer que sejam os assuntos, ao que tudo dará por bom, firme e valioso, especialmente para fins de atuação perante a DESO e apresentação de recursos, defesas e impugnações (além de todo e qualquer ato que se fizer necessário) no certame licitatório Concorrência nº 011/2017.

Aracaju/SE, 18 de setembro de 2017.



VR CONSTRUÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA: VR CONSTRUÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados: RENATO ALVES DOS SANTOS, brasileiro, natural de Aracaju/SE, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido em 18.09.1950, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 152.763-SSP/SE, e do CPF/MF, nº. 067.666.925-53, residente e domiciliado à Rua Luiz Antonio Silveira Teixeira, nº 543 - Bloco 11, Apto. 102 - Conjunto Santa Lúcia, Bairro Jabotiana - Cep. 49095-800 - Aracaju/SE; VICTOR VINICIUS MACEDO RAUPP, brasileiro, natural de Aracaju/SE, solteiro, nascido em 04/10/1989, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 3.077.593-0-SSP/SE, e do CPF/MF nº. 037.042.695-90, residente e domiciliado à Rua Antônio Olívia Paiva, nº. 144 Bairro Atalaia - Cep. 49035-080 - Aracaju/SE, únicos sócios cotistas da empresa "VR CONSTRUÇÕES LTDA", situada na Rua Manoel Andrade, nº 2258, - Bairro Coroa do Meio - Cep: 49035-530 - Município de Aracaju, no Estado de Sergipe, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituir uma sociedade empresária por cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA:

VR CONSTRUÇÕES LTDA

Cláusula I - Denominação Social e Tipo de Sociedade

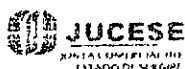
Sob a denominação de VR CONSTRUÇÕES LTDA, é constituída uma Sociedade Limitada, que se regerá pelo presente Contrato Social, nos termos da Lei nº. 10.406/2002, Capítulo II - Da Sociedade Limitada, e demais legislação aplicável, para os casos omissos.

Cláusula II - Sede

A sociedade terá a sua sede à Rua Manoel Andrade, nº 2258 - Bairro Coroa do Meio - Cep. 49035-530 - Aracaju/SE.

Cláusula III - Objeto Social

A sociedade tem por objeto social: 1) Como Atividade Principal: 1.1) Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas, Exceto Obras de Irrigação. 2) Como Atividades Secundárias: 2.1) Construção de Edifícios; 2.2) Serviços de Engenharia; 2.3) Instalação e Manutenção Elétrica; 2.4) Impermeabilização em Obras de Engenharia Civil; 2.5) Serviços de Pintura de Edifícios em Geral; 2.6) Construção e/ou Reforma de Ruas, Avenidas, Praças e Calçadas; 2.7) Instalações



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2016 08:46 SOB Nº 28200634805.
PROTOCOLO: 160376408 DE 28/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602706415. NIRE: 28200634805.
VR CONSTRUÇÕES LTDA

MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL
ARACAJU, 01/12/2016
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Hidráulicas, Sanitárias e de Gás; 2.8) Demolição de Edifícios e Outras Estruturas; 2.9) Execução de Fundações para Edificações e Outras Obras de Engenharia Civil (Construção); 2.10) Obras de Terraplenagem; 2.11) Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno; 2.12) Captação, Tratamento e Distribuição de Água; 2.13) Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção Sem Operador, Exceto Andaimos; 2.14) Construção e Restauração de Obras-de-Arte Especiais.

§ 1º – O objeto social poderá ser reduzido, ampliado ou modificado de acordo com a deliberação dos sócios.

§ 2º – As atividades relacionadas no caput desse artigo serão realizadas em locais de terceiros.

Cláusula IV – Capital Social e Quotas

O Capital Social é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país, divididos em 600.000 (seiscentos mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas pelos sócios, na forma abaixo:

<u>Sócios:</u>	<u>Nº de Quotas</u>	<u>% do Capital</u>	<u>Valor da Participação</u>
Renato Alves dos Santos	570.000	95,00	R\$ 570.000,00
Victor Vinicius M. Raupp	30.000	5,00	R\$ 30.000,00
<u>T o t a i s</u>	600.000	100,00	R\$ 600.000,00

§ 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 da Lei nº. 10.406/2002.

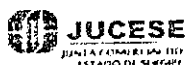
§ 2º – A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento unânime dos sócios não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Cláusula V – Filiais, Agências ou Sucursais

A sociedade poderá estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional.

Cláusula VI – Prazo de Duração

A sociedade iniciará suas atividades em 16/11/2016, e o prazo de duração será indeterminado.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2016 08:46 SOB Nº 28200634805.
PROTOCOLO: 150376408 DE 28/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602706415. NIRE: 28200634805.
VR CONSTRUÇÕES LTDA

MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL
ARACAJU, 01/12/2016
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Cláusula VII - Administração

A sociedade será administrada pelo sócio **RENATO ALVES DOS SANTOS**, podendo ser especialmente contratado administrador não sócio, nos termos do art. 1.012 do Código Civil.

§ 1º - O Administrador tem poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio, estando todos esses atos passíveis de nulidade em relação à sociedade;

§ 2º - Fica vedado ao administrador usar o nome da firma para fins estranhos ao objetivo social, ou seja, abonar, endossar, dar carta de fiança, avalizar ou qualquer outro tipo de documentos que impliquem responsabilidade para a sociedade, ficando a sócia, desde já, se tais atos praticar, responsabilizada individualmente pelos mesmos;

§ 3º - As deliberações dos sócios, quando forem por consenso unânime, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada nos termos dos arts. 1.072 e 1.152 do Código Civil. Entretanto, a reunião torna-se dispensável quando ambos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seria objeto. Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pela administradora será apresentada à Junta Comercial, para arquivamento e averbação.

Cláusula VIII - Pró-labore

Os sócios farão jus a uma retirada mensal a título de *pró-labore*, fixada de comum acordo no início de cada exercício social, sendo o valor correspondente até o limite de isenção da Tabela de Imposto de Renda.

Cláusula IX - Cessão, Transferência ou Venda de Quotas

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao sócio remanescente a sua intenção através de carta, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas, caucionadas, cedidas, transferidas ou vendidas, sem o expresso consentimento de ambos os sócios, cabendo em igualdade de condições e preços o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de o outro sócio pretender ceder as que possui.

Cláusula X - Exercício Social e Distribuição de Lucros

O exercício social será mensal, sendo encerrado a cada último dia do mês, onde serão levantadas as demonstrações contábeis que deverão ser transcritas no livro diário da sociedade. A administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SEDE

CERTIFICADO O REGISTRO EM 01/12/2016 08:46 SOB Nº 28200634805.
PROTOCOLO: 160375408 DE 28/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602706415. NIRE: 28200634805.
VR CONSTRUÇÕES LTDA



MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL
ARACAJU, 01/12/2016
www.agiliza.se.gov.br

§ 1º - Os sócios participam dos lucros e perdas, sendo o percentual deliberado por ambos.

§ 2º - No final de cada exercício será levantado um balanço geral e dos lucros havidos, 20% (vinte por cento) será destinado à formação de um fundo de reservas, destinado para aumento de capital social, e o restante terá o destino determinado pelos sócios.

§ 3º - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

Cláusula XI – Retirada, Falecimento ou Exclusão de Sócio

O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do *de cujus*, salvo se o sócio remanescente optar pela dissolução da mesma, oportunidade em que procederá à liquidação dos haveres.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo *de cujus*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

§ 3º - A maioria representativa de mais da metade do capital social poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade. A exclusão de que trata esta Cláusula será determinada em reunião dos sócios convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.

§ 4º - A retirada, exclusão, interdição ou morte do sócio não o exime, ou a seus sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. A retirada ou exclusão também não exime o sócio de responsabilidade pelas obrigações sociais posteriores e em igual prazo como o previsto neste parágrafo, enquanto não se requerer a averbação da resolução.

Cláusula XII – Foro Jurídico

As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Aracaju/SE, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2016 08:46 SOB Nº 28200634805.
PROTOCOLO: 160376408 DE 28/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602706415. NIRE: 28200634805.
VR CONSTRUÇÕES LTDA

MARCELO PASSOS SILVA
SECRETÁRIO-GERAL
ARACAJU, 01/12/2016
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Cláusula XIII – Casos Omissos

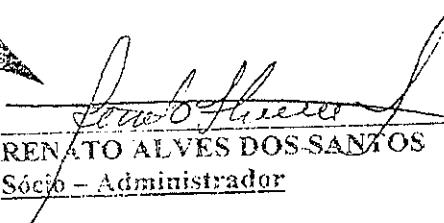
Nos casos omissos neste contrato, a sociedade se regerá pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Cláusula XIV – Declaração de Desimpedimento

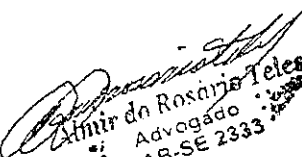
O administrador declara formalmente, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

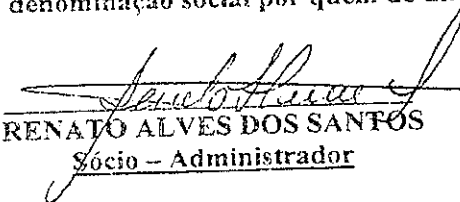
Aracaju/SE, 16 de Novembro de 2016.


RENATO ALVES DOS SANTOS
Sócio – Administrador

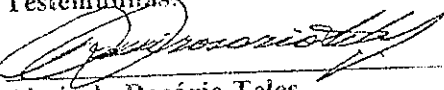

VICTOR VINICIUS MACEDO RAUPP
Sócio – Cotista

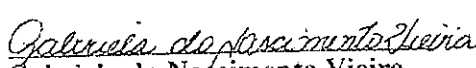

Almir do Rosário Teles
 Advogado
 OAB-SE 2333

Uso da denominação social por quem de direito


RENATO ALVES DOS SANTOS
Sócio – Administrador

Testemunhas:


Almir do Rosário Teles.
RG. 353.051- SSP/SE.


Gabriela do Nascimento Vieira
RG. 2.315.337-7 – SSP/SE.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2016 08:46 SOB Nº 28200634805.
 PROTOCOLO: 160376408 DE 28/11/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11602706415. NIRE: 28200634805.
 VR CONSTRUÇÕES LTDA

MARCELO PASSOS SILVA
 SECRETÁRIO-GERAL
 ARACAJU, 01/12/2016
www.agiliza.se.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
 Informando seus respectivos códigos de verificação

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REGISTRO CIVIL DE PESQUISA
INSTITUTO DE PESQUISA E REGISTRO CIVIL DE PESQUISA
Esporte Autônomo

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

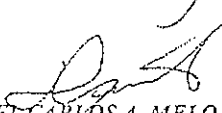
ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "A" (PROPOSTA COMERCIAL), "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) E "C" (DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP) QUANDO FOR O CASO, REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 - DESO que tem como objeto a EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA ATENDER SOLICITAÇÕES DE LIGAÇÕES DOMICILIARES EM TODO O ESTADO DE SERGIPE.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2017 às 09 (nove) horas, na Sala de Licitação da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada através da Portaria nº 035/2017, composta pelo Assistente de Gestão Administrativa II *Daniel Carlos Aragão Melo Santos*, Presidente, pelo Engenheiro Civil *Everaldo Acioli da Rocha* e pelo Técnico em Edificações *Roberto Santos Barros Junior*, Membros e como Secretário, *Hercilio da Silva Ramos Junior*, tendo por finalidade o RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "A" (PROPOSTA COMERCIAL), "B" (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) E "C" (DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP) QUANDO FOR O CASO. Iniciando os trabalhos, registramos a presença do Senhor *JAKSON SANTOS SILVA* portador do RG nº 1147418160 SSP/BA, representando a empresa *BARBOSA & SILVA CONSTRUÇÕES LTDA*; da Senhora *MARIA DE LOURDES DE JESUS ALCÂNTARA*, portadora do RG nº 400.818 SSP/SE representando a empresa *HIDRO GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA*; da Senhora *EDILENE DE JESUS AMARAL*, portadora do RG nº 32.884.362 SSP/SE, representando a empresa *JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP*; do Senhor *JULIO BISPO DOS SANTOS*, portador do RG nº 30.226.910 2ª VIA SSP/SE representando a empresa *MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP*; da Senhora *PAMELA ELLEN DOS SANTOS LIMA*, portadora do RG nº 34407480 SSP/SE, representando a empresa *R CLAUS COMERCIO CONSTRUCAO E REPRESENTACAO LTDA*; e do Senhor *VICTOR VINICIUS MACEDO RAUPP*, portador do RG nº 3.077.593-0 SSP/SE representando a empresa *VR CONSTRUÇÕES LTDA -EPP*. As empresas, *A.M.A LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME*, *A3 CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA*, *NOVO TEMPO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA*, *SBA MONTAGENS E SERVIÇOS TECNICOS LTDA - EPP*, *SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA*, *SELETA SERVICOS & CONSTRUCOES LTDA* e *GP ENGENHARIA LTDA* adquiriram o Edital, mas não se fizeram presentes nesta sessão. Registramos ainda que as licitantes *HIDRO GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA*, *JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP*, *MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP*, *R CLAUS COMERCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA* e *VR CONSTRUÇÕES LTDA -EPP* entregaram ENVELOPE "C". Conferida a credencial das licitantes presentes e estando em perfeita ordem, prosseguiram-se os trabalhos com a abertura dos ENVELOPES "C" das empresas *HIDRO GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA*, *JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP*, *MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP*, *R CLAUS COMERCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA* e *VR CONSTRUÇÕES LTDA -EPP*, cujos documentos foram vistos, rubricados e analisados pela Comissão. As licitantes participarão deste certame auferindo as vantagens da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, por terem cumprido as exigências do Item 5.5 deste EDITAL. Em seguida, prosseguiu-se com a abertura dos ENVELOPES "A" (PROPOSTA COMERCIAL). A licitante *R CLAUS COMERCIO CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA* foi a única a não apresentar sua proposta comercial em meio magnético conforme item 6.3 alínea "a" inciso "2º" do Edital. A empresa *BARBOSA & SILVA CONSTRUÇÕES LTDA*

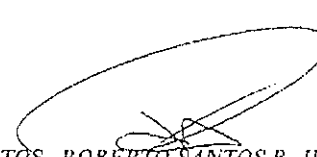
CONTINUAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "A" (PROPOSTA COMERCIAL), "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO) E "C" (DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO EMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) QUANDO FOR O CASO, E ABERTURA DOS ENVELOPES "A" e "C" REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 - DESO)

apresentou proposta com valor global de R\$ 1.503.772,77 (um milhão, quinhentos e três mil setecentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos); licitante **HIDRO GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA** apresentou proposta com valor global de R\$ 1.558.236,21 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil duzentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos); licitante **JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP** apresentou proposta com valor global de R\$ 1.586.292,94 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos); licitante **MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP** apresentou proposta com valor global de R\$ 1.220.125,05 (um milhão, duzentos e vinte mil cento e vinte e cinco reais e cinco centavos); licitante **R CLAUS COMERCIO CONSTRUCAO E REPRESENTACAO LTDA** apresentou proposta com valor global de R\$ 1.279.154,63 (um milhão, duzentos e setenta e nove mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos); licitante **VR CONSTRUÇÕES LTDA -EPP** apresentou proposta com valor global de R\$ 1.328.385,34 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos). Em seguida a comissão deu início a análise dessas propostas e após essa análise o Senhor Presidente informou: (1) A empresa **BARBOSA & SILVA CONSTRUÇÕES LTDA** teve sua proposta corrigida para R\$ 1.506.632,38 (um milhão, quinhentos e seis mil seiscentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos) conforme preconiza o item 7.6 do Edital. (2) A licitante **Barbosa & Silva** foi desclassificada com fulcro no subitem 6.5.1 por descumprir o item 6.3, alínea "e", ao apresentar insumo de mão de obra "servente" abaixo do salário da categoria que consta na tabela SINAPI. (3) As licitantes **HIDRO GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA**; **JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP**; **MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP**; **R CLAUS COMERCIO CONSTRUCAO E REPRESENTACAO LTDA** e **VR CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** foram declaradas classificadas no certame sendo a empresa **MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP** a melhor classificada por apresentar a melhor proposta comercial. Franqueada a palavra aos licitantes, o representante da **VR CONSTRUÇÕES LTDA -EPP** manifestou interesse em interpor recurso a essa análise. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a sessão informando que fica aberto prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis ao resultado desta análise, informou ainda que o Resultado Final deste processo será publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe e em um Jornal de Grande Circulação Local, bem como, disponibilizado no sítio eletrônico da DESO. Os **ENVELOPES "B"** das licitantes, devidamente lacrado e rubricado, ficarão em poder da Comissão até a data de sua abertura. Após homologado o Processo, os **Envelopes "B"** das proponentes não declaradas vencedoras permanecerão em poder desta Comissão até o oitavo dia útil a contar desta data, período em que os licitantes deverão recolhê-los. O não recolhimento no citado período implicará na destruição dos mesmos. Nada mais havendo a constar, eu, _____, na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Licitações, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e pelos representantes legais das licitantes, e publicada no site da DESO. Aracaju, 14 de setembro de 2017.

COMISSÃO:


DANIEL CARLOS A. MELO SANTOS

Presidente


ROBERTO SANTOS B. JUNIOR

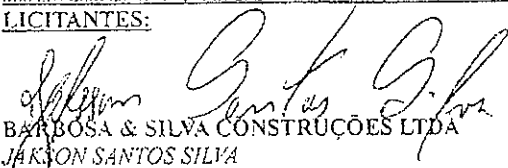
Membro


EVERALDO ACIOLE DA ROCHA

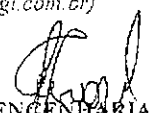
Membro

CONTINUAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "A" (PROPOSTA COMERCIAL), "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO) E "C" (DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO EMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)) QUANDO FOR O CASO, E ABERTURA DOS ENVELOPES "A" e "C" REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 - DESO

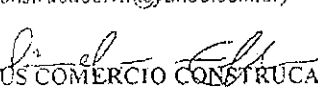
LICITANTES:


BARBOSA & SILVA CONSTRUÇÕES LTDA
JACKSON SANTOS SILVA
(contato@barbosasilva.com.br)


HIDRO GAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE GÁS LTDA
MARIA DE LOURDES DE JESUS ALCÂNTARA
(hidrogas@hgi.com.br)


JP FORTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-EPP
EDILENE DE JESUS AMARAL
(eng.edilene@hotmail.com)


MADRI CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP
JULIO BISPO DOS SANTOS
(madriconstrucaoocivil@yahoo.com.br)


R CLAUS COMERCIO CONSTRUCAO E REPRESENTACAO LTDA
PAMELA ELLEN DOS SANTOS LIMA
(relausmateriaisdeconstrucao@hotmail.com)


VR CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VICTOR VINICIUS MACEDO RAUPP
(vrconstrucoes@outlook.com.br)

EDITAL

DE

CONCORRÊNCIA

Nº 011/2017

DESO

ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	4
1 - OBJETO.....	4
CAPÍTULO II.....	4
2 - FONTE DE RECURSOS.....	4
CAPÍTULO III.....	4
3 - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CAPÍTULO IV.....	6
4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	6
CAPÍTULO V.....	7
5 - APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
CAPÍTULO VI.....	9
6 - ENVELOPE "A" - PROPOSTA COMERCIAL.....	9
CAPÍTULO VII.....	11
7 - AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	11
CAPÍTULO VIII.....	12
8 - ENVELOPE "B" - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.....	12
CAPÍTULO IX.....	15
9 - ADJUDICAÇÃO.....	15
CAPÍTULO X.....	16
10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	16
CAPÍTULO XI.....	16
11 - FORMA DE PAGAMENTO.....	16
CAPÍTULO XII.....	19
12 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	19
CAPÍTULO XIII.....	20
13 - CONDIÇÕES GERAIS.....	20
CAPÍTULO XIV.....	21
14 - MULTAS.....	21
CAPÍTULO XV.....	22
15 - GARANTIA CONTRATUAL.....	22
CLÁUSULA XVI.....	23
16 - REAJUSTAMENTO.....	23
CAPÍTULO XVII.....	23
17 - RESCISÃO.....	24
CAPÍTULO XVIII.....	24
18 - FORO.....	24
A N E X O S.....	25
ANEXO I.....	26
MODELO DE CREDENCIAL.....	26
ANEXO II.....	27
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	27
ANEXO III.....	28
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR.....	28
ANEXO IV.....	29
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO.....	29
ANEXO V.....	30
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.....	30
ANEXO VI.....	31
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL.....	31
ANEXO VII.....	32
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	32
ANEXO VIII.....	33
MINUTA DO CONTRATO.....	33
ANEXO IX.....	46
PROJETO BÁSICO.....	46

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO
URBANO – SEINFRA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO

OBJETO: execução de Obras de ampliação de Rede de Distribuição de Água para atender solicitações de Ligações Domiciliares em todo o Estado de Sergipe.

DATA: 14 de setembro de 2017; **HORA:** 09:00 h; **TIPO:** Menor Preço Global; **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário; **FONTE DE RECURSOS:** Receita Própria da DESO – Rubrica 10; **REGÊNCIA LEGAL:** normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada e revisada Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 alterada pela Lei Complementar nº 127 de 14/09/2007 e pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, Lei Estadual nº 5.848 de 16/03/2006, Lei Estadual nº 6.206 de 24/09/2007, Lei Estadual nº 6.675/2009. **INFORMAÇÕES:** Rua Campo do Brito nº 331 – Bairro 13 de julho. Fone 0XX. 79.3226-1021/1022 e Fax 0.XX.79.3226-1171.

Aracaju/SE, 09 de agosto de 2017.

Daniel Carlos Aragão Melo Santos
Presidente da Comissão Permanente de
Licitações da DESO

CAPÍTULO I

1 – OBJETO

O presente Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO**, suas Especificações Técnicas, Projeto Básico e Anexos, fornecem os elementos indispensáveis à apresentação de propostas para execução de OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA ATENDER SOLICITAÇÕES DE LIGAÇÕES DOMICILIARES EM TODO O ESTADO DE SERGIPE.

1.1 – ANÁLISE DO OBJETO

Conforme PROJETO BÁSICO e seus anexos, elementos integrantes deste Edital de CONCORRÊNCIA

1.2 – ELEMENTOS CONSTITUINTES DO PROJETO BÁSICO

- 1.2.1 – ANEXO I - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS;
- 1.2.2 – ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

CAPÍTULO II

2 – FONTE DE RECURSOS

Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objeto deste Edital correrão à conta da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

CAPÍTULO III

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – DEFINIÇÕES

Sempre que as palavras indicadas abaixo, ou os prenomes usados em seu lugar, aparecem nestes documentos de **CONCORRÊNCIA** ou em qualquer lugar de seus Anexos, elas terão o significado determinado a seguir:

- a) DESO
Companhia de Saneamento de Sergipe;
- b) CONTRATANTE
DESO;
- c) PROPONENTE/LICITANTE
Empresa que apresenta proposta para execução dos serviços objeto da presente **CONCORRÊNCIA**;
- d) CONTRATADA
Empresa vencedora desta **CONCORRÊNCIA** em favor da qual forem adjudicados os serviços, mediante a assinatura do Contrato;
- e) FISCALIZAÇÃO

DESO e/ou prepostos, devidamente credenciados para realização da fiscalização dos serviços, objeto da presente **CONCORRÊNCIA**. A **FISCALIZAÇÃO** implicará na inspeção dos serviços em execução e executados com a finalidade de assegurar sua qualidade, obediência às instruções e especificações, cronogramas e demais dados informados pela PROPONENTE em sua proposta, bem como execução dos testes. Para tanto, ser-lhe-á permitido o livre acesso às instalações os serviços e/ou subcontratados envolvidos na execução.

3.2 – A COMPANHIA fornecerá aos inscritos, além do edital e seus anexos, outros elementos que, a seu critério, sejam considerados indispensáveis ao pleno conhecimento da **CONCORRÊNCIA**;

3.3 – O fornecimento deste Edital, quando solicitado, com seus elementos constitutivos, fica condicionado ao recolhimento à Tesouraria da DESO, da importância de **R\$ 25,00** (vinte e cinco reais), valor este limitado ao custo efetivo de reprodução, por qualquer meio, da documentação fornecida, cujo valor não será devolvido, salvo se houver revogação ou nulidade desta licitação, desde que para este caso não tenha havido imputabilidade à empresa adquirente, e mediante restituição integral do material que lhe tenha sido fornecido em perfeitas condições e ordem.

3.4 – Esclarecimentos de dúvidas sobre os documentos da CONCORRÊNCIA só serão atendidos mediante solicitação por escrito, protocolada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, antes da data marcada para a entrega das propostas. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados em envelope fechado, como segue:

a) No centro do envelope:

À COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE
À Comissão Permanente de Licitação
Endereço – Rua Campo do Brito nº 331
Cidade – Aracaju
CEP – 49.020-380

b) No canto superior esquerdo do envelope;

CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO
PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
PROponente _____

- Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.
- Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos através de **e-mail**.

3.5 – O presente Edital de Concorrência poderá ser impugnado por qualquer interessado, desde que protocole seu pedido de impugnação até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

- A DESO terá o prazo de 03 (três) dias úteis para responder a impugnação.

3.6 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o LICITANTE que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas desta Concorrência Pública.

3.7 – A COMPANHIA poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no Edital da presente **CONCORRÊNCIA**. Caso os aditamentos, modificações ou revisões, alterem ou afetem a formulação das propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido.

- Os aditamentos, modificações ou revisões serão encaminhados às firmas através de e-mail.

3.8 – Não serão consideradas propostas apresentadas após a data e hora convencionadas para a abertura das mesmas.

3.9 – A PROPONENTE deverá assumir responsabilidades pelo prazo de 01 (um) ano após a entrega dos serviços, por eventuais falhas encontradas, ficando obrigada a promover às suas expensas, os consertos que se fizerem necessários.

3.10 – A DESO poderá revogar este Edital, se presentes razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua conduta. Poderá ainda anulá-lo por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

3.11 – Caso a data prevista para realização desta **CONCORRÊNCIA** seja declarada feriado ou ponto facultativo e não havendo retificação de convocação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

3.12 – A critério do Presidente da Comissão Permanente de licitações, o início dos trabalhos poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) minutos da hora estabelecida no Edital.

3.13 – Esta **CONCORRÊNCIA** será regida pelos documentos cuja hierarquia se estabelece, na seguinte ordem:

- EDITAL;
- PROJETO BÁSICO;
- ANEXOS.

3.14 – A LICITANTE VENCEDORA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento até o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que a somatória não ultrapasse o valor da modalidade licitada. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os CONTRATANTES.

3.15 – Na ocorrência de acréscimos dos quantitativos inicialmente contratados, e respeitado o limite acima, o Contrato poderá ter seu prazo prorrogado.

3.16 – O Contrato poderá ainda ter seu prazo prorrogado, bem como sofrer alterações nas hipóteses elencadas nos Artigos 57 e 65 com seus incisos e Parágrafos, respectivamente, da Lei nº 8.666/93.

3.17 – Tanto os casos de prorrogação de prazo, quanto os de alteração do Contrato, serão precedidos de Termo Aditivo.

CAPÍTULO IV

4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar desta licitação, empresas nacionais legalmente constituídas, que tendo adquirido este Edital com seus elementos constitutivos venham a atender as condições exigidas para sua habilitação.

4.2 – Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

4.3 – É vedada a participação de empresas sob qualquer das seguintes condições:

4.3.1 – Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária, impedimento de licitar e/ou contratar com a DESO ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 7º da lei 10.520/2002, e do artigo 87, da Lei n. 8.666/93;

6.2.3 – A comissão permanente de licitações para cumprimento do item acima deverá consultar o portal **www.deso-se.com.br** na aba '**forneecedores penalizados**'.

4.3.4 – Declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

4.3.5 – Declarada suspensão de licitar com a DESO;

4.3.6 – Em processo de Falência.

4.3.7 – O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da LICITANTE.

4.4 – A empresa interessada em participar desta licitação poderá conhecer gratuitamente a íntegra deste Edital, em sala especialmente reservada para esta finalidade, no endereço sede da DESO estabelecido no preâmbulo deste ato convocatório.

4.5 – Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

4.5.1 – O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, salvo como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada;

4.5.2 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

4.5.3 – Servidor ou dirigente de órgão ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação;

4.5.4 – Será permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o subitem 4.5.1 acima, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.6 – A participação nesta licitação implica em aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO V

5 – APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – As propostas deverão ser apresentadas em 02 (dois) envelopes fechados, os quais deverão conter as seguintes indicações:

a) No centro dos 02 (dois) envelopes,

À

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

Endereço: Rua Campo do Brito nº 331
Cidade: Aracaju – ESTADO: SERGIPE
CEP: 49.020-380

b) No canto superior esquerdo a indicação do envelope, como segue:

Envelope “A” - “Proposta Comercial”
CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO
Nome do PROPONENTES:

Envelope “B” - “Documentos de Habilitação”
CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO
Nome do PROPONENTES:

**Opcional – Envelope “C” - “Declaração de Enquadramento como Microem-
presa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)” (quando for o caso).**
CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO
Nome do PROPONENTE:

5.2 – Instalada a Sessão, o Presidente da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO** declarará abertos os trabalhos, sendo vedado, a partir deste momento, receber documentações outras que não de empresa LICITANTE presente no horário aprazado e desde que já contidas nos Envelopes “A” – PROPOSTA COMERCIAL, “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e “C” – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, sendo os mencionados envelopes rubricados por todas as LICITANTES e pela Comissão de Licitação, ficando em poder desta.

5.2.1 – A **CREDENCIAL** poderá ser uma carta de apresentação, conforme **modelo do ANEXO I** deste Edital.

5.3.2 – Na **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, a LICITANTE declara atender todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento convocatório, conforme **modelo do ANEXO II** deste Edital de Concorrência.

5.3 – Cópia autenticada do Contrato Social, quando a Empresa for representada por um de seus proprietários.

5.4 – A apresentação da **CREDENCIAL** em desacordo às exigências deste Edital não impede a participação da LICITANTE no procedimento licitatório, tampouco o recebimento dos documentos pela Comissão de Licitação. Não será permitido, porém, a manifestação da LICITANTE durante a sessão.

5.5 – As PROPONENTES que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/06, inciso I ou II do Artigo 3º, como **microempresa (ME)** ou **empresa de pequeno porte (EPP)**, deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Declaração de Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (**EPP**), conforme modelo constante do **ANEXO VII** deste Edital, devidamente comprovada por meio

das informações contidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, acessível no sítio **www.receita.fazenda.gov.br**;

b) Deverá comprovar os compromissos assumidos com a Administração Pública (cópia dos Contratos), não podendo a soma global das obrigações assumidas exceder os valores dispostos nos inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

c) Na hipótese da não apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s), a LICITANTE deverá anexar DECLARAÇÃO de que não possui Contrato firmado com a Administração Pública.

5.6 – As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das empresas de pequeno porte que não apresentarem os documentos descritos nas alíneas acima, poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime, ou seja, sem auferir as vantagens estabelecidas nos arts. 42, 43, 44, 45, 46 e 47 da lei Complementar nº 123 de 14/12/06.

5.7 – Todos os elementos da proposta e documentos, contidos nos envelopes “A”, “B” e “C” deverão ser apresentados datilografados ou digitados, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datados e assinados.

5.8 – A Proposta poderá ser encaminhada por via postal com aviso de recebimento (AR), ou entregue diretamente à Comissão de Licitação.

CAPÍTULO VI

6 – ENVELOPE “A” - PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – A Comissão de Licitação promoverá a abertura dos envelopes das propostas de preço, verificando a conformidade de cada proposta com as exigências abaixo relacionadas, julgando-as e ordenando-as de acordo com o critério do menor preço.

6.2 – Os documentos que instruirão a Proposta Comercial, a seguir relacionados, deverão ser apresentados em 01 (uma) via original em papel timbrado da Proponente, numeradas, dispostas ordenadamente e encadernadas separadamente, de forma a não conter folhas soltas. A primeira folha deverá conter índices dos documentos anexados.

- A primeira folha deverá conter índices dos documentos anexados.

6.3 – Na proposta deve constar claramente os elementos discriminados no **item 02 do PROJETO BÁSICO**, conforme abaixo elencados:

a) Planilha de Preços da LICITANTE, com preços unitários para todos os itens e preço global da proposta.

■ A Planilha de Preços da LICITANTE deverá conter exatamente os mesmos itens e correspondentes quantidades de materiais e serviços constantes da Planilha de Valor Orçado da DESO.

■ A LICITANTE deverá apresentar planilha orçamentária de acordo com o modelo fornecido (Impressa e em meio magnético) no EXCEL e ORSE), contendo preços unitários e totais, atribuídos a todos os serviços a serem executados, sendo ainda considerados

os custos com mão de obra, materiais e todos os encargos pertinentes, observando que o valor unitário atribuído a cada um dos itens de serviços deverá ser menor ou igual aos valores unitários praticados e expressos na planilha fornecida pela DESO.

- Em hipótese alguma, será aceita planilha orçamentária divergente da apresentada pela DESO, sob pena de desclassificação;

b) Condições de Pagamento: em medições mensais;

c) Prazo de execução dos serviços: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

- A DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviços Parciais, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área dos serviços e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços;

d) Prazo de Validade da Proposta: O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de Sessão de Abertura do Certame, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial. Neste caso a DESO prorrogará o prazo de validade das Propostas, pelo tempo necessário à conclusão dos Recursos.

e) Composição Unitária dos preços onde deverão constar de forma discriminada os materiais e a mão de obra necessários à execução dos serviços, explicitando as incidências das leis sociais e do BDI na mesma.

- Na composição unitária dos serviços, os insumos de mão de obra deverão apresentar os salários das categorias que constam nas tabelas SINAPI/ORSE, referentes à data do orçamento da DESO;

- É facultada à comissão ou à autoridade superior a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar as composições unitárias dos preços apresentados pelo LICITANTE, desde que não altere o valor da proposta;

f) A LICITANTE deverá apresentar as composições de Encargos Sociais, sob pena de desclassificação.

g) A LICITANTE deverá apresentar as composições do BDI – Bonificação e Despesas Indiretas para fornecimento de material e execução de serviços, sob pena de desclassificação, observando-se que a composição do BDI proposto não poderá contemplar os tributos **IRPJ** (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) como também Mobilização, Desmobilização e Administração local da Obra.

- Não poderá ser aplicado um BDI maior que o previsto pela DESO na planilha de execução de serviços, sob pena de desclassificação.

6.4 – A LICITANTE deverá indicar a opção da **CAUÇÃO** para garantia do Contrato, conforme **CAPÍTULO XV** deste Edital.

6.5 – CONDIÇÕES RESTRITIVAS AO ENVELOPE “A”

6.5.1 – Serão DESCLASSIFICADAS as firmas que deixarem de atender ao disposto no item **6.3** acima.

CAPÍTULO VII

7 – AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 – O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços para classificação é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.2 – Na hipótese em que o preço unitário e o preço total, indicados na proposta comercial não venham a se corresponder entre si, apenas o preço unitário será considerado como válido pela Comissão de Licitação, e o total será corrigido de forma a conferir com aquele, considerando-se para a proposta comercial o valor submetido ao cálculo de correção a ser efetuado pelos membros da Comissão de Licitação.

7.3 – Após o julgamento das propostas comerciais, o Presidente da Comissão de Licitação publicará o seu resultado através da Imprensa Oficial.

7.4 – Na análise da exequibilidade dos preços propostos, a Comissão de Licitação observará, obrigatoriamente, que o critério adotado no “caput” deste subitem será estendido para todos os preços de serviços constantes da respectiva proposta.

7.5 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Tenham inobservado o presente Edital ou sejam incompatíveis com as normas e parâmetros nele estabelecidos, inclusive as que contenham cotação para serviços não previstos no Projeto Básico;
- b) Estejam incompletas ou apresentem emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- c) Cujas planilhas apresentem a incidência no **BDI** do **IRPJ** e da **CSLL**;
- d) Cujos preços unitários forem zero;
- e) Ofereçam preços ou vantagens baseados nas ofertas dos demais LICITANTES;
- f) Excedam o valor global e os valores unitários orçados pela DESO;
- g) Cujos preços sejam manifestamente inexecutáveis.

7.5.1 – Na situação da **alínea “g”** será facultado ao LICITANTE o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

7.5.2 – Para os efeitos do disposto no **item 7.5**, alínea “g”, consideram-se manifestamente inexecutáveis os preços cujos valores sejam inferiores a **70%** (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a **50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela DESO, ou
- b) valor orçado pela DESO – **R\$ 1.708.537,09 (um milhão, setecentos e oito mil quinhentos e trinta e sete reais e nove centavos)**, conforme Quadro Orçamentário constante no Projeto Básico.

7.5.2 – Atendidas as condições acima, será classificada a proposta que resulte o menor preço global.

7.5.3 – Se o valor global da proposta classificada for inferior a **80%** (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do subitem 7.5.1 deste Edital, será exigida, no ato de assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas na lei e indicada pela PROPONENTE, igual à diferença entre o menor valor a que se referem as alíneas do subitem aqui citado, e, o valor da correspondente proposta.

7.5.4 – Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.5.5 – Se todas as propostas das PROPONENTES forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos LICITANTES o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que as desclassificaram, de acordo com o art. 48 § 3º, da Lei nº 8.666/93.

7.5.6 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público.

7.6 – A Comissão fará a conferência das Planilhas de Orçamento e, verificando erro de cálculo ou de anotações no preenchimento, efetuará as devidas correções.

7.6.1 – Para fins de julgamento, o valor da proposta passa a ser aquele encontrado após as correções, quer seja este para mais ou para menos.

a) Para todos os efeitos, será considerado como correto o preço unitário indicado pela LICITANTE na Planilha de Orçamento.

7.7 – Condições Especiais

7.7.1 – Se por ocasião do Julgamento da CONCORRÊNCIA ou da elaboração do Contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade que denunciem dolo má-fé ou greve omissão cumprimento do dever inerente ao serviço por parte das LICITANTES, estas, sem prejuízo das cominações legais cabíveis, ficarão impossibilitadas de contratar ou transacionar com a DESO.

7.7.2 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta preencha as condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deve declará-la vencedora, adjudicando-lhe o objeto licitado e encaminhando os autos à autoridade competente para que esta decida sobre a homologação do certame licitatório.

CAPÍTULO VIII

8 – ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 – Encerrada a fase de julgamento das propostas, a Comissão de Licitação deve abrir **apenas** o envelope contendo a documentação do LICITANTE que apresentou a melhor proposta, conforme mandamento da Lei Estadual nº 5.848/2006.

8.2 – Os documentos a seguir relacionados deverão ser apresentados em uma (01) via original ou fotocópia autenticada e em uma (01) cópia na mesma sequência da relação, numeradas, dispostas ordenadamente e encadernadas separadamente, de forma a não conter folhas soltas. A primeira folha deverá conter índice dos documentos anexados.

8.3 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.3.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

8.3.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.3.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.4 – REGULARIDADE FISCAL:

8.4.1 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

8.4.2 – Certidão de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, vigente, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

8.4.3 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.4 – O prazo de validade das Certidões, descritas nos subitens anterior, será o consignado em cada Certidão. No caso de não consignação do prazo de sua validade, este será de 90 (noventa) dias.

8.5 – Regularidade Trabalhista:

8.5.1 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011.

8.6 – Qualificação Técnica:

8.6.1 – Certidão de registro da proponente no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) no Estado de sua sede ou de seu domicílio;

8.6.2 – Certidão de acervo técnico (CAT) em nome do profissional responsável técnico, com dados precisos e expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, comprovando ter aquele profissional executado serviços de porte e complexo similares ao objeto desta.

8.7 – Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empre-

sa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.7.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.7.3 – O Balanço patrimonial deverá vir acompanhado da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, podendo ser substituída pela Certidão de Regularidade Profissional do Conselho Federal de Contabilidade.

8.7.4 – O Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados da seguinte forma:

- Para as sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação em Diário Oficial.
- Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o balanço patrimonial e a documentação do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramentos registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Títulos e Documentos;
- Para as empresas constituídas a menos de um ano será exigido apenas o balanço de abertura e demonstrações contábeis na forma da lei.

8.7.5 – No caso de ME/EPP, desde que optante pelo simples, será exigido contabilidade simplificada.

8.7.6 – No caso de licitantes com apuração no lucro real, será exigido comprovante de entrega do *SPED CONTÁBIL*.

8.7.8 – A capacidade econômico-financeira será verificada através de:

- a) Liquidez Corrente ($LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante} \geq 1,20$).
- b) Grau de Endividamento Geral [$GEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) / \text{Ativo Total} \leq 0,50$].
- c) Liquidez Geral [$[(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})] \geq 1,10$].

8.7.9 – O Capital Social integralizado mínimo será de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais).

8.8 – A PROPONENTE deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR**, conforme **modelo do ANEXO III deste Edital**;

8.9 – **DECLARAÇÃO** formal pela qual a LICITANTE concorda com os termos desta CONCORRÊNCIA e com a emissão das Notas Fiscais e Faturas diretamente à DESO, como também a **DECLARAÇÃO formal do prazo de validade** da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da mesma, conforme **modelo do ANEXO IV** deste Edital;

8.10 – As LICITANTES são obrigadas a apresentarem declaração de Inexistência de Fato

Impeditivo da habilitação, conforme modelo do **ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, deste Edital;

8.11 – As LICITANTES são obrigadas a apresentarem a **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL**, conforme modelo do **ANEXO VI** deste Edital;

8.12 – A LICITANTE deverá indicar, formalmente, o nome e CNPJ da pessoa que assinará o Contrato, bem como a conta bancária em que os pagamentos deverão ser efetuados.

8.13 – CONDIÇÕES RESTRITIVAS AO ENVELOPE “B”

8.13.1 – A LICITANTE que apresentar documentação em desacordo com o solicitado nos itens **8.3** ao **8.11** acima, será inabilitada.

8.13.2 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta preencha as condições de habilitação exigidas nos subitens acima, a Comissão deve declará-la vencedora, adjudicando-lhe o objeto licitado e encaminhando os autos à autoridade competente para que esta decida sobre a homologação do certame licitatório, conforme mandamento da Lei Estadual nº 5.848/2006.

8.13.3 – Caso a LICITANTE que apresentou a melhor proposta seja inabilitada, a Comissão de Licitação deve abrir e examinar os envelopes contendo os documentos de habilitação das LICITANTES subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a verificação de que foram atendidas as condições de habilitação.

8.13.4 – Após a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação, a Comissão pode promover o saneamento do procedimento licitatório, convalidando falhas meramente formais nos documentos apresentados, sem prejuízo da possibilidade de realização de diligências.

CAPÍTULO IX

9 – ADJUDICAÇÃO

9.1 – A adjudicação do objeto desta CONCORRÊNCIA se efetivará através de Contrato a ser firmado com a firma vencedora, de acordo com a minuta constante do **modelo do ANEXO VIII deste Edital**, que define os direitos e obrigações da CONTRATANTE e da LICITANTE VENCEDORA, e do qual fazem parte integrante o presente Edital e seus ANEXOS, independentemente de transcrição.

9.2 – A LICITANTE VENCEDORA será convocada para assinatura do Contrato decorrente do presente Edital, devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias, sob pena de decair o seu direito à Contratação, momento em que deverá ser apresentado a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias (INSS), o CRF (FGTS), a Certidão de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, e, a Certidão de Tributos Municipais (ISSQN), dentro do prazo de validade.

a) Em caso de desistência da assinatura do Contrato, além das medidas legais cabíveis (Multa prevista neste Edital), a PROPONENTE VENCEDORA será suspensa de participar de licitações na DESO por 01 (um) ano, o que será publicado no Diário Oficial do Estado.

9.3 – Não atendida a convocação, a DESO chamará a segunda classificada, devidamente

habilitada, para assinar o Contrato, nas mesmas condições de preço e prazo da PROPO-NENTE VENCEDORA.

9.4 – No caso, ainda, em que a segunda classificada não atenda à convocação, a DESO, observado o mesmo procedimento estabelecido no item anterior, convocará as próximas PROPONENTES, obedecida à ordem de classificação.

9.5 – Em caso do não comparecimento das PROPONENTES classificadas para a assinatura do Contrato, a CONCORRÊNCIA será revogada.

CAPÍTULO X

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos seguintes casos:

- a) Habilitação ou inabilitação do LICITANTE;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da presente licitação;
- d) Rescisão do Contrato;
- e) Aplicação das penas de advertências, suspensão temporária e multa.

10.2 – As razões do recurso serão dirigidas ao Presidente da DESO por intermédio do Presidente da C.P.L., através de petição interpositória. Recebido o recurso, o Presidente da C.P.L. comunicará as demais LICITANTES que terão vista do processo na DESO, podendo impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 – O Presidente da C.P.L. poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir ao Presidente da DESO, devidamente do recurso, para proferir decisão.

10.4 – Sendo procedente o recurso, o Presidente da DESO dará provimento ao mesmo e determinará à Comissão o desfazimento do ato recorrido.

10.5 – Sendo improcedente o recurso, o Presidente da DESO negará provimento ao mesmo e determinará à Comissão a manutenção do ato recorrido.

10.6 – Na contagem dos prazos acima, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

CAPÍTULO XI

11 – FORMA DE PAGAMENTO

11.1 – Os serviços objeto deste Edital serão pagos mediante **medições mensais**, correspondentes aos serviços efetivamente executados, mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. Nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E. 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO;

a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.

b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à LICITANTE VENCEDORA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

11.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus anversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: nfse@deso-se.com.br, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas contratadas.

11.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

11.1.3 – Certidão de Regularidade de Situação do F.G.T.S (CRF), vigente, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

11.1.4 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia (RDE nº 21/2015);

11.1.5 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei nº 12.440/2011)

11.1.6 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito Negativo emitida pelo Município – CND Municipal, como também a Certidão de Regularidade de Tributos (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, fornecida pelo órgão competente, bem como:

a) Comprovação do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no Município onde o serviço está sendo executado, referente aos recebimentos do mês anterior, identificando o serviço (a partir do 2º pagamento);

b) Quando do pagamento da última parcela, será comprovado o recolhimento do ISSQN, tanto referente aos pagamentos do mês anterior, como da parcela em questão.

11.1.7 – Cópia da matrícula da obra no CEI – Cadastro de Empresa Individual, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

11.1.8 – Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe – CREA/SE;

11.1.9 – Declaração da CONTRATADA, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada;

11.2 – A DESO adotará, como base para apuração dos cálculos de retenção, a alíquota definida na legislação previdenciária vigente, observando-se os critérios abaixo transcritos, recolhendo para o INSS o valor retido em documento de arrecadação identificado com a Matrícula CEI da obra de construção civil e a denominação social da CONTRATADA.

- a) os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela CONTRATADA, discriminados no Contrato e na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados;
- b) os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em Contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a:
 - 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

11.3 – As empresas dispensadas de retenções, deverão entregar a declaração, anexa ao documento de cobrança, a que se refere à IN SRF 480/2004 e IN SRF 539/2005, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarem à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal.

11.4 – Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, além dos documentos exigidos acima, a baixa dos serviços, junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

11.5 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena de incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária em outras Praças.

11.6 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas até o 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item 11.1 acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

11.7 – Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

11.8 – SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

11.8.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- a) Deixar de apresentar declaração que tem contabilidade regularizada e cópia do Diário Contábil;
- b) Deixar de apresentar os documentos exigidos no item anterior;

- c) Erro na execução dos serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- d) Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato;
- e) Erro ou vício das faturas;
- f) Apresentação de fatura com CNPJ diferente do constante no processo licitatório e no contrato.

11.8.2 – Na ocorrência da hipótese prevista na alínea “e” acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CAPÍTULO XII

12 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

12.1 – O Prazo Contratual e o Prazo de Execução dos serviços, será de **365 (trezentos e sessenta e cinco reais) dias consecutivos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

- a) À DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviço Parciais, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área do Projeto e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.

12.2 – Entende-se como prazo de execução, o tempo em dias corridos necessários para que os serviços sejam devidamente aceitos pela Companhia.

12.3 – Todo serviço em desacordo com as Especificações Técnicas, assim como as faltas verificadas no ato do seu recebimento, de responsabilidade da CONTRATADA, deverá ser corrigido. Nestes casos, o prazo para correção será determinado pela DESO e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas em Contrato.

12.4 – A eventual reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

12.5 – Os prazos de entrega dos serviços poderão ser alterados nos seguintes casos:

- a) Em consequência da alteração de quantitativos, nos limites previstas no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93;
- b) Por motivo de força maior devidamente comprovado, previsto no Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro;
- c) Nenhuma parte será responsável para com a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior, desde que devidamente comprovado;
- d) Enquanto perdurarem os motivos de força maior, cessarão os deveres e responsabilidades, de ambas as partes, com relação aos serviços contratados;

e) Os atrasos provenientes de greves ocorridas na Empresa CONTRATADA, não deverão ser avocados como decorrentes de força maior.

12.6 – Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades, deverá comunicar, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração de prazo pretendida.

12.7 – O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não do fato de força maior, podendo a DESO, constatar, em fase ulterior, a veracidade do fato.

12.8 – Constatada a interrupção dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no Contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário, a retomada dos serviços.

a) Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazos será devidamente solucionada para ambas as partes.

b) Entretanto, se a retomada dos serviços por motivo de força maior demandar um prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, a DESO poderá rescindir o Contrato, no todo ou em parte, mediante comunicação por escrito à CONTRATADA, e através do competente Termo de Rescisão.

CAPÍTULO XIII

13 – CONDIÇÕES GERAIS

13.1 – Para a realização do serviço objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá escolher, entre os seguintes tipos de veículos abaixo descritos, qual tipo utilizará no período contratual:

- Caminhonete cabine dupla tipo Ranger, S-10, L 200, Hilux ou similar, na cor branca, plotados com a frase "A SERVIÇO DA DESO".
- Veículos tipo van ou similar, na cor branca, plotados com a frase "A SERVIÇO DA DESO".

13.2 – Caso a opção seja pelo veículo do tipo caminhonete cabine dupla, os veículos deverão ter no máximo 02 (dois) anos de uso, sendo considerado este período o do ano de fabricação em relação ao ano de exercício da prestação de serviço. A DESO fará vistoria nos veículos para avaliar seu estado de conservação, sempre que achar necessário; aqueles veículos que forem considerados impróprios para os serviços deverão ser substituídos.

13.3 – Caso a opção seja pelos veículos do tipo van ou similar deverão ter no máximo 02 (dois) anos de uso, sendo considerado este período o do ano de fabricação em relação ao ano de exercício da prestação de serviço, adaptados de acordo com as necessidades dos serviços a serem prestados e aprovados pela Deso.

13.4 – Qualquer que seja a escolha a Deso exige que os veículos a serem utilizados sejam todos de um único tipo dentre aqueles acima citados.

13.5 – A CONTRATADA deverá primar pela segurança e perfeito funcionamento do veículo.

Em caso de avaria, o mesmo deverá ser substituído de forma a não comprometer a execução dos serviços. Os custos com motoristas, seguro, combustível, manutenção dos veículos e diárias, encargos e tributos ficarão a cargo da CONTRATADA.

13.6 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

13.7 – A CONTRATADA deverá efetuar, por sua conta, o pagamento dos impostos, licenças e taxas incidentes sobre suas atividades, bem como respeitar as Leis Federais, Estaduais e Municipais;

13.8 – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.9 – A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta CLÁUSULA, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

13.10 – A CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto deste edital em estrita obediência ao PROJETO BÁSICO, seus ANEXOS e ESPECIFICAÇÕES, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA Nº 011/2017, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato;

13.11 – As LICITANTES obrigam-se a elaborar suas propostas, em estrita obediência ao PROJETO BÁSICO, seus ANEXOS e ESPECIFICAÇÕES, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA Nº 011/2017, independentemente de sua transcrição no bojo do Edital ou do Contrato.

CAPÍTULO XIV

14 – MULTAS

14.1 – Excluída a ocorrência de caso fortuito e de força maior comprovados, na forma do Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, bem como ocorrências não notificadas pela CONTRATADA, o atraso na entrega dos serviços e o não atendimento de outras condições contratuais, assegurarão à DESO o direito de cobrar, em notificação por escrito, a título de multa, as importâncias abaixo, sem prejuízo da faculdade de rescindir o futuro Contrato.

14.2 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA a das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, no caso de primeira falta, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor total do Contrato.

14.3 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, em caso de reincidência, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância de 0,03% (três centésimo por cento) do valor total do Contrato.

14.4 – As multas a que porventura a CONTRATADA der causa, serão descontadas do pri-

meio documento de cobrança por ela apresentada, após a aplicação da penalidade ou dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.

14.5 – No caso de saldo, a DESO se reserva o direito de efetuar ou complementar a dedução em documento(s) de cobrança vinculado(s) a qualquer outro instrumento contratual eventualmente mantido com a CONTRATADA ou de utilizar qualquer outro meio adequado à liquidação do crédito/débito, se necessário.

14.6 – O correspondente à soma dos valores básicos das multas específicas nos subitens **14.2** e **14.3** fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

14.7 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesta contratação ou na lei, nem na responsabilidade da CONTRATADA, por perdas e danos que causar a DESO, em consequência de inadimplemento das condições não ajustadas.

14.8 – A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da notificação, caso em que a DESO comunicará a manutenção ou relevação da multa.

CAPÍTULO XV

15 – GARANTIA CONTRATUAL

15.1 – A empresa CONTRATADA, para garantia da execução do Contrato, apresentará na 5.0.11.00/GFIN – Gerência Financeira desta Companhia, no prazo de **20 (vinte) dias** da emissão da ordem de serviço, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, em uma das seguintes modalidades: 1 – Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública; 2 – Seguro Garantia; 3 – Fiança Bancária.

15.2 – Caso a Garantia prestada pela CONTRATADA seja em moeda corrente, a mesma será depositada em Conta a ser indicada pela DESO, a fim de se manter sua atualização financeira.

15.3 – A garantia prestada nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deverá ser apresentada com validade de 03 meses após o término da vigência contratual.

15.4 – Fica estabelecido que a Garantia prestada não poderá ser parcelada nas faturas pagas à CONTRATADA.

15.5 – Se, por qualquer razão, durante a execução do Objeto, for necessária a prorrogação do prazo de execução do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos mesmos termos e condições originalmente aprovados pela DESO.

15.6 – Se, no decorrer da execução do Contrato, a CONTRATADA solicitar a substituição da garantia prestada, a área gestora do Contrato deverá justificar a conveniência da substituição.

15.7 – A Garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.8 – A garantia de execução do Contrato ou o seu saldo, se houver, somente será devol-

vida a CONTRATADA após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, incluindo a dos encargos sociais e trabalhistas se houver mão de obra direta envolvida na prestação. (aplicada nas contratações de mão de obra).

15.9 – No caso das rescisões a devolução da Garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 79, § 2º, I e 80, III da Lei nº 8.666/93.

15.10 – A prestação da Garantia Adicional quando exigida, deverá ser recolhida à Tesouraria da DESO, sendo obrigatória a sua comprovação perante a Assessoria Jurídica, no ato de assinatura do Contrato.

15.11 – A garantia prestada pela CONTRATADA, será liberada pelo 5.0.11.00/GFIN, após emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DAS OBRAS".

15.12 – Cessará a guarda das Garantias que não forem resgatadas pela CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua liberação, cabendo a DESO a inutilização das mesmas.

CLÁUSULA XVI

16 – REAJUSTAMENTO

16.1 – Os preços contratuais serão reajustados após um ano da data de referência do orçamento da DESO, de acordo com a variação do índice setorial da Coluna 35 da Revista Conjuntura Econômica publicado na revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot (I_1 - I_0) / I_0,$$

Onde:

R = é o valor do reajustamento procurado;

V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado;

I₀ = é o índice setorial de preços constante da Coluna 35, referente ao mês da data de referência do orçamento da DESO

I₁ = é o índice setorial de preços constante da Coluna 35, referente ao mês em que é devido o reajuste.

16.2 – Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-a o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

16.3 – Em nenhuma hipótese serão reajustados os serviços executados e faturados dentro da periodicidade anual.

16.4 – As notas fiscais de reajustamento, se houver, deverão ser apresentadas distintamente das notas fiscais dos serviços a que se refiram.

CAPÍTULO XVII

17 – RESCISÃO

17.1 – O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO XVIII

18 – FORO

18.1 – Será eleito o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, renunciando outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação do Contrato decorrente desta Licitação.

18.2 – Este Edital foi concebido conforme com o **PROJETO BÁSICO** elaborado pelo Superintendente de sistemas Metropolitanos de Água – 4.2.00.00/SUSM, Sr. **Napoleão Gomes barreto Filho** e aprovado pelo Diretor de Operações – 4.0.00.00/DO, desta empresa, Sr. **Sílvio Múcio Farias**.

Aracaju/SE, 09 de agosto de 2017.

Elaborado por: **TÂNIA ÁLVARES BEZERRA**
ADVOGADA/DESO – OAB/SE 1.127
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos
1.0.07.00/ASLC

ANEXOS

ANEXO I	=	MODELO DE CARTA CREDENCIAL
ANEXO II	=	DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
ANEXO III	=	DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR
ANEXO IV	=	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO
ANEXO V	=	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
ANEXO VI	=	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL
ANEXO VII	=	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VIII	=	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO IX	=	PROJETO BÁSICO

ANEXO I**MODELO DE CREDENCIAL****CARTA CREDENCIAL PARA O(S) REPRESENTANTE(S)
AS SESSÕES DE ABERTURA DE PROPOSTAS****PROPONENTE****LOCAL E DATA**

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO

ASSUNTO: **PROPOSTA PARA O OBJETO DA CONCORRÊNCIA Nº 011/
2017/DESO.**

A **(nome da empresa)**, por seu responsável legal infra-assinado, CREDENCIAL o(s) Sr.(s) e
Carteira(s) de Identidade n.º e, CNPF/MF n.º e
que é (são) a(s) pessoa(s) devidamente AUTORIZADA(s) nos termos do Art. 1.288 do Código Civil Brasileiro para que nos representem junto a essa **DESO**, consoante o estabelecido no Edital, com plenos poderes irretratáveis e irrevogáveis para impetrar, impugnar ou desistir de recursos, e em geral para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes à CONCORRÊNCIA em epígrafe, ficando-lhe(s) vedado o substabelecimento.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do Responsável legal pelo PROPONENTE)
(Nome do PROPONENTE)

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO****(PROPONENTE)**Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).**

..... inscrita no CNPJ/
MF sob nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.
(a), portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CNPF nº, **DECLARA** que a LICI-
TANTE acima qualificada atende as condições de Habilitação exigidas neste Instrumento
convocatório, de acordo com o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 5.848 de
16 de março de 2006.

Local e data:, de de 2017.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR****(PROPONENTE)**

Referência: CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).

..... **(QUALIFICAR A EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., por intermédio de seu representante legal o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e inscrito no CNPF sob o nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESPONDER:**Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?****SIM OU NÃO ().**

Local e data.

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO****À****COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO****ARACAJU – SERGIPE**Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).****Prezados Senhores**

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^ª., nossa Proposta relativa a CONCORRÊNCIA em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

DECLARAMOS nossa expressa aceitação das condições da referida CONCORRÊNCIA e com a emissão de Notas Fiscais e Fatura diretamente à DESO.

DECLARAMOS que o prazo de validade da nossa proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de abertura da mesma.

Atenciosamente,

Responsável pela Empresa.

ANEXO V**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO
RUA CAMPO DO BRITO Nº 331 – ARACAJU/SE

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).**

Objeto: **Execução de obras de ampliação de Rede de Distribuição de Água para atender solicitações de ligações domiciliares em todo o Estado de Sergipe.**

Em atendimento à determinação do Edital, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal
Carteira de Identidade (Nº e órgão expedidor)
Endereço:

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL**

A
DESO
Rua Campo do Brito nº 331
Bairro São José
ARACAJU – ESTADO DE SERGIPE

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).**

A (**nome da empresa LICITANTE**), por seu representante legal, infrascriptário DECLARA para os devidos fins de direito que conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal; que tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio ambiente do local e região onde se realizarão as obras e serviços objeto licitação em epígrafe; que assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pela DESO, e pelos órgãos específicos de controle ambiental; que se responsabiliza pelo cumprimento do conteúdo no relatório de impacto de meio ambiente, a solicitação do atestado de sua liberação, autorização de obras e demais requisitos necessários à regulamentação das obras e serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário.

DECLARA, também, que assume sem repasse a DESO, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venha a ser associados às obras e aos serviços licitados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

....., ... de de 2017

(Nome e assinatura do Responsável Legal da empresa LICITANTE)

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Referência: **CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 – DESO (DO/SUSM).**

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, Sr., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CNPF nº, DECLARA, para fins do disposto no subitem do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Incisos I ou II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS.: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato de Execução de Obras e serviços, sob o regime de empreitada por Preços Unitários que entre si fazem a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** e a empresa
....., na forma abaixo:

PREÂMBULO

1. DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

Pelo presente instrumento particular a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, nos termos do Decreto-Lei nº 109 de 25 de agosto de 1969, com as alterações e acréscimos do Decreto-Lei nº 268 de 16 de janeiro de 1970 e da Lei Estadual nº 4.898 de 10 de julho de 2003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.018.171/ 0001-90 e no Cadastro Estadual sob o nº 27.051.036-2, com sede à Rua Campo do Brito, nº 331 – Bairro Praia 13 de Julho – Aracaju/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Presidente **Carlos Fernandes de Melo Neto**, brasileiro, casado, engº civil, inscrito no CNPF sob o nº 661.828.835-53 e seu Diretor de Operações, Sr. **Sílvio Múcio Farias**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CNPF sob o nº 068.383.915-20 e a empresa, com sede na Rua, nº – Bairro, em, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu Representante Legal o Sr., inscrito no CNPF sob o nº, resolvem celebrar o presente **CONTRATO** que se regerá pelas seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

2. DA FINALIDADE – O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas a execução das obras e serviços definidos e especificados na **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho datado de 07/03/2017 do Senhor Presidente da DESO, no Processo Administrativo nº 78572/2017.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL – Esta adjudicação decorre de licitação sob modalidade de **CONCORRÊNCIA**, nos termos e condições do Edital nº **011/2017**, cujo resultado foi homologado em data de pelo Presidente desta Companhia, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a execução de Obras de ampliação de Rede de Distribuição de Água para atender solicitações de Ligações Domiciliares em todo o Estado de Sergipe.

1.2 – Forma de Execução: Os serviços serão executados de acordo com o Projeto Básico, seus Anexos e Especificações, elementos integrantes do Instrumento originante deste Contrato, legislação pertinente e proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1 – A DESO pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços especificados na CLÁUSULA I deste instrumento, o valor de **R\$** (.....
.....).

CLÁUSULA III – DO PRAZO

3.1 – O Prazo Contratual e o Prazo de Execução dos serviços, será de **365 (trezentos e sessenta e cinco reais) dias consecutivos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

a) À DESO se reserva o direito de emissão de Ordens de Serviço Parciais, de acordo com o planejamento de prioridades de intervenções na área do Projeto e com a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao custeio das despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.

3.2 – O Contrato poderá ter seu prazo prorrogado, bem como sofrer alterações nas hipóteses elencadas nos Artigos 57 e 65 com seus incisos e Parágrafos, respectivamente, da Lei nº 8.666/93.

3.3 – Tanto os casos de prorrogação de prazo, quanto os de alteração do Contrato, serão precedidos de Termo Aditivo.

3.4 – A CONTRATADA, com domicílio no Estado de Sergipe, será convocada, para a assinatura das 02 (duas) vias do Contrato, devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitá-la às penalidades previstas no Edital de Concorrência originante deste Instrumento.

a) Para a CONTRATADA com domicílio fora do Estado de Sergipe, será enviada ao endereço de email fornecido pela mesma, a mídia digitalizada do Contrato no formato PDF, que deverá ser assinada em 02 (duas) vias, cuja devolução de ambas deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA IV – DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 – Para os pagamentos decorrentes deste Contrato, serão utilizados recursos financeiros provenientes da **Receita Própria da DESO – Rubrica 10**.

CLÁUSULA V – DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 – Quando da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), o CRF (FGTS), a Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e, a Certidão Negativa de Tributos Municipais (ISSQN), dentro do prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

CLÁUSULA VI – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 – Com a prévia e expressa aprovação, e no exclusivo interesse da DESO, sem perda das responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar parte das obras e dos serviços até o limite de 40% (quarenta por cento).

6.2 – A autorização de subcontratação concedida pela DESO não eximirá a CONTRATA-

DA da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA VII – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 – As obras e serviços objeto deste Contrato serão pagos mediante **medições mensais**, correspondentes aos serviços efetivamente executados, mediante apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. Nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E. 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO;

a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.

b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

7.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus aversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

- Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: nfse@deso-se.com.br, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas contratadas.

7.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (**INSS**);

7.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

7.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.1.5 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia (RDE nº 21/2015);

7.1.6 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, bem como:

- Comprovação do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no Município onde o serviço está sendo executado, referente aos recebimentos do mês anterior, identificando o serviço (a partir do 2º pagamento);
- Quando do pagamento da última parcela, será comprovado o recolhimento

do ISSQN, tanto referente aos pagamentos do mês anterior, como da parcela em questão.

7.1.7 – Cópia da matrícula da obra no CEI – Cadastro de Empresa Individual, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

7.1.8 – Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe – CREA/SE;

7.1.9 – Declaração da CONTRATADA, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui contabilidade formalizada;

7.2 – A DESO adotará, como base para apuração dos cálculos de retenção, a alíquota definida na legislação previdenciária vigente, observando-se os critérios abaixo transcritos, recolhendo para o INSS o valor retido em documento de arrecadação identificado com a Matrícula CEI da obra de construção civil e a denominação social da CONTRATADA.

a) os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela CONTRATADA, discriminados no Contrato e na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, desde que comprovados;

b) os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, cujo fornecimento esteja previsto em Contrato, sem a respectiva discriminação de valores, desde que discriminados na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, não integram a base de cálculo da retenção, devendo o valor desta corresponder no mínimo a:

- 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

7.3 – As empresas dispensadas de retenções, deverão entregar a declaração, anexa ao documento de cobrança, a que se refere à IN SRF 480/2004 e IN SRF 539/2005, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarem à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal.

7.4 – Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, além dos documentos exigidos acima, a baixa dos serviços, junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

7.5 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena de incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária em outras Praças.

7.6 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas até o 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item 7.1 acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

7.7 – Nenhum pagamento será efetuado, a qualquer título, à empresa que tenha em seu

quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

CLÁUSULA VIII – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

8.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- a) Deixar de apresentar declaração que tem contabilidade regularizada e cópia do Diário Contábil;
- b) Deixar de apresentar os documentos exigidos no item anterior;
- c) Erro na execução dos serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- d) Não cumprimento dos prazos, em desobediência às condições estabelecidas no Contrato;
- e) Erro ou vício das faturas;
- f) Apresentação de Fatura/Nota Fiscal/Recibo, com CNPJ diferente do constante do preâmbulo deste instrumento.

8.2 – Na ocorrência da hipótese prevista na alínea “e” acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/RESPONSABILIDADE

9.1 – Fornecer à CONTRATADA as informações e a documentação técnica indispensáveis e suficientes à realização dos serviços ora contratados;

9.2 – Comunicar, por escrito, e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados com este Contrato;

9.3 – Credenciar por escrito, junto à CONTRATADA, técnicos de seu próprio quadro, ou de terceiros, que atuarão como fiscais/gestores e únicos interlocutores para os fins previstos neste Contrato;

9.4 – A CONTRATANTE exercerá, através da Fiscalização, o acompanhamento dos serviços objeto deste Contrato, sendo que a ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização não reduzirá nem eximirá a CONTRATADA de quaisquer de suas responsabilidades perante a CONTRATANTE ou terceiros;

9.5 – A Fiscalização terá acesso a todos os locais onde os serviços se realizarem e plenos poderes para praticar atos, nos limites do presente Contrato, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito da CONTRATANTE, tais como:

- a) A DESO e/ou as empresas especializadas por ela contratadas terão o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos mesmos.

9.6 – A Fiscalização terá plenos poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclu-

sive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão;

9.7 – A Fiscalização deverá verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, indicando o seu valor;

9.8 – Fornecer à CONTRATADA as informações e a documentação técnica indispensáveis e suficientes à realização dos serviços contratados;

9.9 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados com este Contrato;

9.10 – Credenciar, junto à CONTRATADA, técnicos de seu próprio quadro, ou de terceiros, que atuarão como fiscais e únicos interlocutores para os fins previstos neste Contrato;

9.11 – Estar à disposição da CONTRATADA para fornecer informações e documentação técnica disponíveis, necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados;

9.12 – Recusar serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições preestabelecidas neste Contrato ou com informações ou documentação técnica fornecidas pela DESO/Fiscalização;

9.13 – Aprovar a alocação, desalocação e substituição de pessoal promovidas pela CONTRATADA;

9.14 – Solicitar, por escrito, a substituição de empregado cuja permanência na equipe seja considerada inconveniente;

9.15 – Proceder à verificação e à aprovação dos documentos encaminhados pela Fiscalização relativos a avaliações e medições dos serviços objeto deste Contrato;

9.16 – Solicitar, por escrito, a suspensão de pagamento de quaisquer faturas emitidas pela CONTRATADA, no caso de inobservância de exigências amparadas em disposições contidas neste Contrato, até a regularização da situação. Os pagamentos sustados serão efetuados tão logo as exigências da Fiscalização sejam atendidas pela CONTRATADA;

9.17 – Fazer o exame preliminar dos documentos de registro de pessoal e os comprovantes de situação regular da CONTRATADA para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, bem como de quaisquer outros documentos exigidos ou que venham a ser exigidos por lei, no que se referirem à realização das obras e serviços objeto deste Contrato, comunicando à CONTRATADA a existência de irregularidades encontradas, para que esta providencie a imediata correção das mesmas;

9.18 – Analisar e aprovar, por escrito, a adoção de normas e métodos construtivos propostos pela CONTRATADA, desde que condizentes com a boa execução dos serviços objeto do presente Contrato e com os interesses da DESO;

9.19 – Acompanhar a elaboração do planejamento físico e financeiro dos serviços objeto deste Contrato, incluindo a análise de proposições encaminhadas pela CONTRATADA, observando as disponibilidades das fontes de recursos pertinentes e o superior interesse da DESO;

9.20 – A Fiscalização acompanhará os trabalhos objetivando a otimização dos prazos parciais e totais definidos no Cronograma Físico-Financeiro de execução. A relação dos produtos previstos na proposta e respectivos cronogramas de entrega são os instrumentos de gestão da DESO para cumprimento do seu objetivo;

9.21 – Durante o desenvolvimento dos trabalhos, a CONTRATADA e a DESO manterão a necessária comunicação para facilitar o acompanhamento e a execução do contrato. A DESO convocará, para esse fim, por sua iniciativa ou da CONTRATADA, quantas reuniões estimar convenientes.

9.22 – A DESO, a fim de exercer o acompanhamento e Fiscalização dos serviços, designará uma equipe que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador, sendo que lhe caberá, em comum acordo com a CONTRATADA, estabelecer os procedimentos detalhados de Fiscalização do Contrato.

9.23 – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA X – DA RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – Após a assinatura do Instrumento, a CONTRATADA fica obrigada a:

10.1 – Proceder a matrícula do Contrato junto ao INSS, para obtenção da CEI;

10.2 – Efetuar o pagamento do ISSQN, junto à Prefeitura em cujo Município as obras/serviços serão executados;

10.3 – Registrar a obra/serviço no CREA/SE, para obtenção da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

10.4 – Comunicar com a DESO por escrito. Mesmo as comunicações por telefone deverão ser confirmadas, posteriormente, por escrito;

10.5 – Recorrer à DESO das decisões da Fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação respectiva;

10.6 – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados;

10.7 – Os serviços serão fiscalizados por pessoal pertencente à DESO, por pessoa física ou jurídica por ela designada, indicada pelo nome de Fiscalização;

10.8 – Deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, no âmbito interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas;

10.9 – O quadro de pessoal da CONTRATADA empregado no serviço, deve ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A CONTRATADA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do local de trabalho todo e qualquer elemento julgado pela Fiscalização com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem geral do canteiro;

10.10 – A CONTRATADA deve ter e colocar à disposição da Fiscalização, permanentemente, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, do estado da obra e do canteiro de trabalho;

10.11 – Manter permanentemente no local das obras/serviços um livro para registro diário de todas as ocorrências relacionadas com os mesmos. Tal livro deve ter folhas numeradas, em duas vias, e destacáveis, e devem ser rubricadas pela Fiscalização;

10.12 – A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho que venham a ocorrer por conta do serviço contratado;

10.13 – Todo acidente do qual decorrer lesão corporal, que impeça o acidentado de voltar ao trabalho no mesmo dia ou no dia seguinte, bem como os acidentes sem lesão, devem ser comunicados de imediato ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho desta Companhia;

10.14 – No caso de acidentes nos locais dos serviços, a CONTRATADA deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro às vítimas;
- Paralisar imediatamente os serviços nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar mudanças nas circunstâncias relacionadas ao acidente;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da fiscalização da DESO no lugar da ocorrência e relatar o fato.

10.15 – A CONTRATADA é obrigada a obter, por sua conta, todas as licenças e franquias e ao pagamento de encargos sociais, impostos municipais, estaduais e federais, bem como os custos de transporte, manutenção, alojamento, refeição e equipamento de segurança quando incidirem sobre a execução dos serviços;

10.16 – A CONTRATADA será a única responsável junto à DESO pela qualidade dos serviços no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais;

10.17 – Cumprir, além do estabelecido pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho, as regulamentações e instruções estabelecidas por esta Companhia;

10.18 – Acatar e cumprir todas as recomendações feitas pelo Serviço Especializado em Segurança do Trabalho desta Companhia, sob pena de paralisação dos serviços, o que não eximirá estas das obrigações e penalidades previstas nas cláusulas contratuais referentes a prazos e multas;

10.19 – A CONTRATADA obriga-se, na execução do Contrato a cumprir a legislação e as normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, bem como os dispositivos nas instruções fornecidas pela DESO, facilitando a fiscalização sem aviso prévio, por pessoas credenciadas;

10.20 – A CONTRATADA será objeto de inspeções de Segurança realizadas pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança do Trabalho, desta Companhia;

10.21 – O não cumprimento das normas vigentes sobre Segurança e Medicina do Trabalho, uma vez constatada, implica em embargo dos serviços, com ônus para a CONTRATADA;

10.22 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

- 10.23** – Efetuar, por sua conta, o pagamento dos impostos, licenças e taxas incidentes sobre suas atividades, bem como respeitar as Leis Federais, Estaduais e Municipais.
- 10.24** – Manter durante toda a execução do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.25** – Antes da entrega das obras/serviços devem ser reparados pela CONTRATADA todos os defeitos e avarias verificados nos serviços acabados, qualquer que seja a causa que os tenham produzido, ainda que este reparo importe na remoção integral dos serviços executados;
- 10.26** – A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e ainda pela operação destes e das instalações dos serviços;
- 10.27** – Todos os materiais e equipamentos descritos no Projeto Básico devem ser projetados, fabricados e ensaiados segundo a última revisão das normas técnicas da ABNT;
- 10.28** – Realizar os serviços em estrita obediência ao Projeto Básico e suas Especificações Técnicas, elemento integrante da CONCORRÊNCIA Nº 011/2017, independentemente de sua transcrição no bojo deste Contrato.
- 10.29** – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA XI – DA GARANTIA / GARANTIA ADICIONAL

- 11.1** – A empresa CONTRATADA, para garantia da execução do Contrato, apresentará na 5.0.11.00/GFIN – Gerência Financeira desta Companhia, no prazo de **20 (vinte) dias** da emissão da Ordem de Serviço, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, na modalidade
- 11.2** – Caso a Garantia prestada pela CONTRATADA seja em moeda corrente, a mesma será depositada em Conta a ser indicada pela DESO, a fim de se manter sua atualização financeira.
- 11.3** – A garantia prestada nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deverá ser apresentada com validade de 03 meses após o término da vigência contratual.
- 11.4** – Fica estabelecido que a Garantia prestada não poderá ser parcelada nas faturas pagas à CONTRATADA.
- 11.5** – Se, por qualquer razão, durante a execução do Objeto, for necessária a prorrogação do prazo de execução do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos mesmos termos e condições originalmente aprovados pela DESO.
- 11.6** – Se, no decorrer da execução do Contrato, a CONTRATADA solicitar a substituição da garantia prestada, a área gestora do Contrato deverá justificar a conveniência da substituição.
- 11.7** – A Garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não

conclusão ou conclusão incompleta dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

11.8 – No caso das rescisões a devolução da Garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 79, § 2º, I e 80, III da Lei nº 8.666/93.

11.9 – A garantia de execução do Contrato ou o seu saldo, se houver, somente será devolvida a CONTRATADA após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, incluindo a dos encargos sociais e trabalhistas se houver mão de obra direta envolvida na prestação. (aplicada nas contratações de mão de obra).

11.10 – A prestação da Garantia Adicional quando exigida, deverá ser recolhida à Tesouraria da DESO, sendo obrigatória a sua comprovação perante a Assessoria Jurídica, no ato de assinatura do Contrato.

11.11 – A garantia prestada pela CONTRATADA, será liberada pelo 5.0.11.00/GFIN, após emissão do "TERMO DE RECEBIMENTO DAS OBRAS/SERVIÇOS".

11.12 – Cessará a guarda das Garantias que não forem resgatadas pela CONTRATADA, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua liberação, cabendo a DESO a inutilização das mesmas.

CLÁUSULA XII – DAS MULTAS

12.1 – Excluída a ocorrência de caso fortuito e de força maior comprovados, na forma do Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, bem como ocorrências não notificadas pela CONTRATADA, o atraso na entrega dos serviços e o não atendimento de outras condições contratuais, assegurarão a DESO o direito de cobrar, em notificação por escrito, a título de multa, as importâncias abaixo, sem prejuízo da faculdade de rescindir o futuro Contrato.

12.2 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA a das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, no caso de primeira falta, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor total do Contrato.

12.3 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, em caso de reincidência, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância de 0,03% (três centésimos por cento) do valor total do Contrato.

12.4 – As multas a que porventura a CONTRATADA der causa, serão descontadas do primeiro documento de cobrança por ela apresentada, após a aplicação da penalidade ou dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.

12.5 – No caso de saldo, a DESO se reserva o direito de efetuar ou complementar a dedução em documento(s) de cobrança vinculado(s) a qualquer outro instrumento contratual eventualmente mantido com a CONTRATADA ou de utilizar qualquer outro meio adequado à liquidação do crédito/débito, se necessário.

12.6 – O correspondente à soma dos valores básicos das multas específicas nos subitens 12.2 e 12.3 fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

12.7 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesta contratação ou na lei, nem na responsabilidade da CONTRATADA, por perdas e danos que causar a DESO, em consequência de inadimplemento das condições não ajustadas.

12.8 – A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da notificação, caso em que a DESO comunicará a manutenção ou relevação da multa.

CLÁUSULA XIII – DO REAJUSTAMENTO

13.1 – Os preços contratuais serão reajustados após um ano da data de referência do orçamento da DESO, de acordo com a variação do índice setorial da Coluna 35 da Revista Conjuntura Econômica publicado na revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot (I_1 - I_0) / I_0, \quad \text{Onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado;

I₀ = é o índice setorial de preços constante da Coluna 35, referente ao mês da data de referência do orçamento da DESO

I₁ = é o índice setorial de preços constante da Coluna 35, referente ao mês em que é devido o reajuste.

13.2 – Caso o valor do Índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-a o último Índice disponível e o cálculo do reajuste será complementado quando da publicação do Índice correspondente.

13.3 – Em nenhuma hipótese serão reajustados os serviços executados e faturados dentro da periodicidade anual.

13.4 – As notas fiscais de reajustamento, se houver, deverão ser apresentadas distintamente das notas fiscais dos serviços a que se refiram.

CLÁUSULA XIV – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

14.1 – O recebimento provisório e/ou definitivo dos serviços, será promovido pela DESO, através de uma Comissão especialmente designada pela Diretoria da Empresa, cujos componentes sejam representantes das unidades geradoras e receptoras dos serviços e equipamentos hidráulicos e elétricos, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais, emitindo parecer conclusivo no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação por escrito, da CONTRATADA, informando a conclusão dos serviços.

CLÁUSULA XV – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 – Para a realização do serviço objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá escolher, entre os seguintes tipos de veículos abaixo descritos, qual tipo utilizará no período contratual:

- Caminhonete cabine dupla tipo Ranger, S-10, L 200, Hilux ou similar, na cor branca, plotados com a frase "A SERVIÇO DA DESO".
- Veículos tipo van ou similar, na cor branca, plotados com a frase "A SERVIÇO DA DESO".

15.2 – Caso a opção seja pelo veículo do tipo caminhonete cabine dupla, os veículos deverão ter no máximo 02 (dois) anos de uso, sendo considerado este período o do ano de fabricação em relação ao ano de exercício da prestação de serviço. A DESO fará vistoria nos veículos para avaliar seu estado de conservação, sempre que achar necessário; aqueles veículos que forem considerados impróprios para os serviços deverão ser substituídos.

15.3 – Caso a opção seja pelos veículos do tipo van ou similar deverão ter no máximo 02 (dois) anos de uso, sendo considerado este período o do ano de fabricação em relação ao ano de exercício da prestação de serviço, adaptados de acordo com as necessidades dos serviços a serem prestados e aprovados pela Deso.

15.4 – Qualquer que seja a escolha a Deso exige que os veículos a serem utilizados sejam todos de um único tipo dentre aqueles acima citados.

15.5 – A CONTRATADA deverá primar pela segurança e perfeito funcionamento do veículo. Em caso de avaria, o mesmo deverá ser substituído de forma a não comprometer a execução dos serviços. Os custos com motoristas, seguro, combustível, manutenção dos veículos e diárias, encargos e tributos ficarão a cargo da CONTRATADA.

15.6 – A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do Contrato;

15.7 – A CONTRATADA deverá efetuar, por sua conta, o pagamento dos impostos, licenças e taxas incidentes sobre suas atividades, bem como respeitar as Leis Federais, Estaduais e Municipais;

15.8 – A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.9 – A CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto deste edital em estrita obediência ao PROJETO BÁSICO, seus ANEXOS e ESPECIFICAÇÕES, elementos integrantes da CONCORRÊNCIA Nº 011/2017, independentemente de sua transcrição no bojo deste Edital ou do Contrato;

15.10 – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula, não transfere à DESO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

CLÁUSULA XVI – DOS ELEMENTOS INTEGRANTES

16.1 – Integram este Contrato:

- a) Concorrência nº 011/2017 – DO de2017;
- b) Proposta da CONTRATADA de2017;
- c) Documentação da CONTRATADA (Certidões);
- d) Homologação do Presidente de2017;
- e) Publicação.

CLÁUSULA XVII – DA RESCISÃO

17.1 – O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XVIII – FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da interpelação deste instrumento.

18.2 – E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, para um só fim legal.

Aracaju,..... de..... de 2017.

“.....”
CONTRATADA

“CARLOS FERNANDES DE MELO NETO”
PRESIDENTE – DESO

“TÂNIA ÁLVARES BEZERRA”
ADVOGADO/ASJLC – DESO

“SÍLVIO MÚCIO FARIAS”
DIRETOR DE OPERAÇÕES – DESO

ANEXO IX
PROJETO BÁSICO